



GABRIEL DA FONSECA VILAS BOAS

**A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A
POLÍTICA INTERNA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.**

**LAVRAS-MG
2019**

GABRIEL DA FONSECA VILAS BOAS

**A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA
INTERNA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira

Orientador

**LAVRAS-MG
2019**

GABRIEL DA FONSECA VILAS BOAS

**A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA
INTERNA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.
STUDENTS PARTICIPACION: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN UNIVERSITIES'
INTERNAL POLITICS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para a obtenção do título
de Bacharel.

APROVADA em 25 de junho de 2019.
Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira
Dra. Julia Moretto Amâncio
Dra. Helga do Nascimento de Almeida

Prof. Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira
Orientador

**LAVRAS - MG
2019**

RESUMO

Pretendeu-se, neste trabalho, averiguar se existe a participação política dos estudantes das universidades brasileiras, apresentando suas formas sempre que possível. Para atingir tal objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica. Primeiramente, foi tratado o tema democracia, para resgatar o conceito histórico deste modelo de governo, e aprofundada a democracia representativa, desdobramento do modelo vastamente utilizado atualmente. Em seguida, foi discorrido sobre democracia participativa e democracia deliberativa, e suas formas de participação. Depois destas exposições acerca da democracia, foram incorporados no referencial a participação eleitoral, sendo feito um breve histórico sobre o voto no Brasil, e a participação política, explicando movimentos sociais e o movimento estudantil. São agregados também, nesta parte do trabalho, conceitos que são essenciais para o entendimento dos resultados. Nos resultados deste trabalho são apresentadas as conclusões tiradas após a pesquisa bibliográfica, esclarecendo as formas de participação política dentro das universidades brasileiras, e as modificações ocorridas nesta participação. Por fim, as considerações finais apontam as limitações deste trabalho, acompanhadas de sugestões de aprofundamento de pesquisa, além de trazer sugestões pra esse aprofundamento.

Palavras-chave: Democracia, Democracia Participativa, Participação Política, Movimento Estudantil, Universidades.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	24
4	RESULTADOS.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1 Introdução

Atualmente a participação atrela-se, de maneira frequente, aos debates envolvendo política. O termo “participação” representa o direito do cidadão participar da vida política, sendo tal direito, por sua vez, presente na sociedade moderna de diversas maneiras. Tendo em vista que tal palavra seja utilizada como um sinônimo de direito ao voto, é importante apontar que há uma diferenciação entre a participação política e a participação eleitoral. A participação eleitoral é toda aquela ligada ao exercício do voto e das eleições. Embora a participação eleitoral seja um tipo de participação política, é importante salientar que esta participação política não se restringe somente ao exercício eleitoral, mas vai além, permeando as entidades de base presentes nas universidades, escolas, sindicatos e movimentos sociais, por exemplo. A ideia de participação política se configura como uma dimensão da democracia, que é tida como a dependência do engajamento do povo para construção de algo comum (MENDONÇA, 2018).

Nesse sentido, rememora-se que a participação dos cidadãos na vida política do Estado já era retratada nas antigas cidades-Estado gregas, como Atenas e Esparta, porém havia impedimentos a esta, fazendo com que apenas uma elite, composta apenas por homens adultos e livres, tivesse direito de exercer seus direitos políticos.

Após a Revolução Francesa, os cidadãos conquistam mais direitos civis¹, direitos políticos estendidos a toda população masculina adulta (mulheres não eram cidadãs plenas), consegue sua liberdade individual e o direito de propriedade. E, logo depois destas conquistas, a forma de liberdade foi alterada, da liberdade dos antigos para a liberdade dos modernos, segundo Benjamin Constant (1980). Para tal autor, a liberdade prezada pelos povos antigos era a divisão do poder social entre todos os cidadãos de uma pátria; já para os povos modernos, a liberdade está relacionada às garantias dadas pelas instituições para que os cidadãos consigam assegurar suas liberdades privadas. Segundo Constant, o risco deste novo padrão de liberdade, é que uma vez que os cidadãos estejam preocupados em defender seus interesses particulares, eles abram mão muito facilmente de seus direitos políticos, fazendo com que indivíduos ou grupos que tenham maior interesse na política usem deste distanciamento entre os cidadãos e seus direitos políticos, e usem do poder político disponível para promover apenas os seus interesses específicos e de seus grupos.

Considerando este contexto mais amplo, pergunta-se, então, se atualmente no Brasil há

¹ Temos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) como um marco da conquista destes direitos civis.

uma diminuição nessa participação política historicamente construída. Há no imaginário popular que cada vez mais os cidadãos querem se afastar da vida política. E, nesse sentido, tal afastamento seria um tanto curioso, devido a história política do país.

Para se falar de participação política, é de suma importância trazer o contexto eleitoral do Brasil. Ao evocarmos a história do país e a participação eleitoral nesse cenário, temos que, desde o Império, esta é restringida. Durante esse período, havia eleições para diversos cargos públicos², nas quais apenas homens com no mínimo 25 anos tinham direitos políticos (podendo votar os clérigos e bacharéis de qualquer idade, oficiais militares e homens casados com mais de 21 anos poderiam votar também). Além destas exigências, o eleitor deveria ter uma renda anual de 100 mil réis. Para os candidatos, a renda anual mínima era de 200 mil réis. A partir de 1946, tais valores foram aumentados para 200 mil réis por ano para os eleitores, e 400 mil réis por ano para os candidatos (NICOLAU, 2002).

Na Primeira República, conforme aponta Nicolau (2002), a idade mínima para voto foi reduzida de 25 para 21 anos, e as exigências de renda (tanto para o voto, quanto para a candidatura) foram abolidas, porém, somente os homens alfabetizados tinham o direito de voto, que não era secreto e nem obrigatório. A exclusão dos analfabetos fez com que a participação eleitoral fosse muito baixa, tanto quanto durante o período imperial. Conforme aponta Censo realizado em 1890 (meses após a proclamação da república), apenas 17% dos brasileiros sabia ler e escrever.

Já em 1930, com intuito de implementar reformas democráticas e apoio dos militares, Getúlio Vargas lidera a chamada Revolução de 1930, assumindo a presidência da República. No início de seu governo, é publicado o Código Eleitoral de 1932, que, por exemplo, estendia o direito ao voto às mulheres, tornava-o secreto e criava a Justiça Eleitoral. Tais mudanças tornariam as eleições mais inclusivas e menos suscetíveis a fraudes.

Vargas, que deveria ocupar a presidência de forma temporária, novamente com apoio dos militares, fecha o congresso nacional, e substitui os então governadores dos estados³, por apoiadores políticos de seu governo⁴. De outubro de 1934 até dezembro de 1945 não houve

² Até 1880, as eleições para juiz de paz e vereadores eram diretas, e as eleições para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Provinciais eram indiretas. A partir de 1881, todas as eleições passaram a ser diretas.

³ Exceto o governador do estado de Minas Gerais.

⁴ Para saber mais: BUENO, Newton Paulo. **A Crise Política do Final da Era Vargas: Uma Interpretação Sob a Ótica da Economia Política Neo-institucionalista**. EST. ECON., São Paulo, V. 36, n. 1, p. 181-199, janeiro - março 2006.

eleições no Brasil⁵.

Em 1945 se iniciou o processo de redemocratização e foram convocadas eleições para presidente, senadores e deputados federais, que fariam parte da Assembleia Nacional Constituinte. Neste período foram estabelecidos, pela primeira vez, os critérios para criação de partidos. As eleições de 1945 foram as primeiras da história brasileira que foram ao mesmo tempo idôneas (sendo livres de manipulações por parte do governo ou dos partidos) e com uma significativa participação eleitoral (NICOLAU, 2002).

Em 1964, durante o governo de João Goulart, ocorre o Golpe Militar, no qual o presidente vigente é deposto e os militares, então, tomam o controle do Estado. Durante o governo militar houve perseguição e repressão a todos aqueles que o governo julgasse como sendo seus opositores, usando a tortura, por exemplo, como meio de repressão. Durante a ditadura militar, houve uma interrupção ao sistema eleitoral estabelecido em 1945. Em 1985, através do movimento “Diretas Já”, houve a primeira eleição para a presidência da república, terminando assim a ditadura militar (NICOLAU, 2002).

Como se pode perceber, a participação eleitoral no contexto brasileiro, era restrita até muito recentemente e, em 1988, há uma mudança de cenário, que resulta na promulgação da atual Constituição Brasileira, chamada de Constituição Cidadã. Fruto da luta da sociedade contra a repressão do governo militar, tal Constituição veio com o intuito de garantir aos cidadãos seus direitos civis, sociais e políticos. Está disposto no primeiro inciso do seu Artigo 14 que todos os cidadãos brasileiros alfabetizados, de 18 a 70 anos de idade, são obrigados exercer seu direito de voto; e aqueles são analfabetos, tem entre 16 e 18 anos, ou tem mais de 70 anos podem exercer o seu se quiserem, o que inclui muito mais cidadãos brasileiros na democracia. É importante colocar que os cidadãos analfabetos podem votar, porém são inelegíveis para candidatura⁶. As regras para a participação como eleitor e como candidato nunca são idênticas.

Como se pode notar, os direitos políticos, como o sufrágio universal, foram recentemente conquistados pelos brasileiros e brasileiros. Devido a este caráter recente da conquista, esperava-se uma maior participação eleitoral por parte da população, buscando uma maior interação com as ações governamentais e com as pautas discutidas nas diferentes casas do legislativo.

Além da participação eleitoral, temos no âmbito da participação política os movimentos

⁵ Durando 11 anos, este foi o maior período sem eleições, desde a independência do Brasil.

⁶ Conforme disposto na LC 64/90, Art. 1º, alínea “a”.

sociais, que segundo Jasper “são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades” (JASPER, 2013, p. 23).

No atual contexto, podemos destacar alguns episódios recentes que marcaram uma maior participação política. Quando o Regime Militar vai chegando a seu fim, há no processo de redemocratização o movimento das Diretas Já, ocorrido entre novembro de 1983 e abril de 1984. Como pondera Nicolau (2002) tais eventos, cuja demanda era a de realização de eleições com voto direto para presidente, envolveram muita participação popular, e neste período “o movimento Diretas Já organizou comícios e passeatas em dezenas de cidades brasileiras” (NICOLAU, 2002, p. 119). No entanto, a proposta de Emenda Constitucional que propunha o voto direto para presidente não foi aprovada. As eleições indiretas foram vencidas pela chapa de Tancredo Neves e José Sarney, ambos civis, trazendo o fim do Regime Militar e o início da redemocratização (NICOLAU, 2002).

No ano de 2013 acontece um dos episódios mais mostrados pela mídia nos últimos anos: as chamadas Jornadas de Junho. Tais manifestações ocorreram no mês de junho de 2013 e pegaram a sociedade brasileira de surpresa. De acordo com Nobre (2013), essas revoltas⁷ foram na verdade o resultado de uma aglomeração de movimentos. Tais manifestações, a princípio contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, ganharam uma grande diversidade de pautas, e manifestantes clamavam pelo direito a cidade, contra a corrupção, contra o sistema político e pela melhoria de diversos serviços públicos (MENDONÇA, 2017).

Singer (2013) divide tais eventos em três fases: a primeira foi iniciada por pequena parte da classe média com mobilizações praticamente limitadas à cidade de São Paulo; a segunda fase foi iniciada devido ao uso desmedido da força policial contra os manifestantes, o que causou uma comoção da população; por fim, a terceira etapa foi caracterizada pela fragmentação do movimento em mobilizações parciais com objetivos específicos.

Nesse viés, Singer (2013) ainda salienta a questão de classes, mostrando que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações sejam dois blocos. Um bloco é formado por jovens e jovens adultos de classe média; o outro bloco, é formado por pessoas de mesma faixa etária, porém pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira.

Outros momentos de ampliação da participação política aconteceram em 1992 e 2014. Nestes anos ocorreram impeachments que também trouxeram maior engajamento da população

⁷ Termo utilizado pelo autor Marcos Nobre ao fazer referência às manifestações ocorridas em Julho de 2013 (popularmente chamadas Jornadas de Junho de 2013).

na vida política. Em 1992, devido à:

(...) insatisfação com a recessão econômica, o péssimo funcionamento dos serviços públicos, o desastrado plano de combate à inflação – principal problema da redemocratização até 1994. Mais que tudo, carregava as frustrações de uma Constituição que não se tornava realidade, que ficava apenas no papel, e a aspiração de retomar nas ruas o poder que tinha sido utilizado por Collor de maneira personalista e autoritária. (NOBRE, 2013, p. 5)

O movimento foi encabeçado pela União Nacional dos Estudantes⁸ (UNE) e recebeu o apoio de diversos setores da sociedade, como aponta Nobre (2013). As manifestações e protestos fizeram com que o então presidente Fernando Collor fosse deposto. O autor Marcos Nobre (2013), faz uma comparação entre o impeachment de Collor e as Jornadas de Julho em 2013. Para o autor, ambos movimentos foram formados de forma apartidária, entretanto, em 1992, o movimento se apresentava mais coeso, uma vez que contava com a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE), já em 2013, as manifestações foram resultado de inúmeros movimentos e reivindicações. Tal pluralidade no movimento fez com que “nenhum tipo de narrativa unificada se colocou de saída como modelo para a formação de um movimento. Não é de um movimento que se trata, mas de vários”. (NOBRE, 2013, p. 6)

Cumprir lembrar também que, em 2015, os estudantes secundaristas do sistema público de ensino brasileiro, ocupavam escolas, no que seria a base da Primavera Secundarista em 2016. Ainda que segundo Real (2018), as pautas locais variam durante as ocupações e manifestações de 2015, muito dos modelos de organização e ação utilizados nas ocupações de 2016 foram herdados em parte dos movimentos de 2015 (REAL, 2018).

Tais manifestações de 2015 se iniciaram por conta de uma reforma educacional no estado de São Paulo⁹, e em 2016 o movimento tomou mais força para manifestar o descontentamento com sucateamento do ensino médio, com a Reforma do Ensino Médio (aprovada pela Lei 13.415/17) e com a Proposta de Emenda à Constitucional (PEC) 241¹⁰ (posteriormente chamada de PEC 55), que estabelece um teto para os gastos públicos por 20

⁸ Conforme coloca o autor Marcos Nobre: “ Em 1992, (o movimento) foi liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e apoiado pelos mais diferentes setores da sociedade.” (NOBRE, 2013, p. 7)

⁹ Para saber mais: ESTUDANTES FECHAM VIAS DO CENTRO DE SÃO PAULO DURANTE MANIFESTAÇÕES. G1. <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/estudantes-fecham-vias-do-centro-de-sao-paulo-durante-manifestacoes.html>> . Acesso em: 10/09/2018.

¹⁰ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741&filename=Tramitacao-PEC+241/2016>

anos (iniciados em 2016), incluindo as áreas de saúde, educação e assistência social. As ocupações da chamada primavera secundarista se expandiram para as universidades, ganhando mais força, e culminando numa greve das Universidades Federais contra as medidas repudiadas pelos secundaristas (REAL, 2018).

Já em 2016, a então presidente Dilma Rousseff foi deposta, após uma série de manifestações lideradas por movimentos políticos que se colocavam contra a corrupção, como os chamados “panelaços”. Durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma, ocorreram também inúmeros protestos e manifestações contra o impeachment.

Diante do quadro, observa-se que, depois da reconquista dos direitos civis e ampliação dos direitos sociais, coletivos e difusos¹¹ pelos cidadãos brasileiros, ações em setores como a educação começam a vigorar no país. Surgem neste contexto de ampliação do setor de educação, algumas políticas públicas, iniciadas no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de expansão dos cursos superiores nas Universidades Federais, que significaram mais alunos ingressando nas faculdades, levando para estes ambientes uma maior diversidade.

Diante desse contexto, no que tange às Universidades Privadas, no ano de 1999, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em 2001 com intuito de facilitar o ingresso de pessoas de estratos sociais mais baixos nas universidades privadas. Se aproveitando do programa FIES, em seu primeiro mandato, o presidente Lula instala o ProUni (Programa Universidade Para Todos) que concede bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas de ensino superior vinculadas com o Governo Federal.

Com a inclusão gerada no acesso ao ensino superior com a ampliação deste, através de políticas como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹², a anterior composição elitizada do ensino superior começa se alterar com as novas políticas públicas e projetos sociais inaugurados com os governos do início da década de 2000: segundo levantamento¹³ da Associação Nacional dos Dirigentes dos Institutos Federais de Ensino

¹¹ Entende-se, de maneira geral, que há três dimensões de direitos. Os direitos civis, típicos do Estado Liberal; Os direitos sociais oriundos do clamor pós-guerra e ascensão do Estado Social; Os direitos coletivos e difusos advindos do Estado Democrático de Direito. Para saber mais: MIRANDA, Jorge. Direitos Fundamentais – Introdução Geral. Apontamentos das Aulas. Lisboa: Lisboa, 1999.

¹² Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>

¹³ Para maiores informações, o levantamento completo está disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf>

Superiores (ANDIFES), realizado em 2014, demonstra que após as políticas de ampliação de acesso ao ensino superior o número de alunos autodeclarados negros, pardos e indígenas aumentaram no período de 2000 a 2014. Além disso, tal levantamento traz que o número de alunos que tem renda bruta familiar de até três salários mínimos subiu de 40,66% em 2010 para 51,43% em 2014. Tais dados apontam que vem havendo uma maior inclusão social no ensino superior público federal nos últimos anos.

Levando em conta que os principais eventos de participação política anteriores a atual Constituição se limitava estritamente ao voto, quando este era permitido, vemos que os 30 anos posteriores à Constituinte foram compostos por um aumento dos direitos políticos e de seu exercício pela população. Tais direitos permitem uma mobilização de maior parte da população visando o debate político, apoiado pelo direito à livre associação. Mobilização esta que permeia as instituições sociais e se encontra legitimada dentro do contexto universitário brasileiro, representados por instituições de base como Diretório Central dos Estudantes, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmico, entre outros, de modo que abram mais espaços para que os alunos consigam manifestar suas demandas e votar por representantes, assim participando da vida política universitária.

Além destas instituições de base, temos ainda a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, que é a entidade máxima dos estudantes brasileiros. A UNE organiza dois conselhos e um congresso. O Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb) reúne diretórios e centros acadêmicos de todo o país, e o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), por sua vez, reúne os diretórios centrais dos estudantes e executivas nacionais de cursos. O congresso da UNE busca unir todas estas entidades já citadas, além de quaisquer estudantes de universidades que tenha o interesse de participar¹⁴.

O movimento estudantil também não se limita apenas ao ensino superior. na instância dos estudantes secundaristas, existe a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), fundada em 1948, tal instituição tem o intuito de defender os interesses do estudantes secundaristas no Brasil. No cenário político recente, a UBES cumpriu grande papel apoiando e encabeçando as manifestações da chamada Primavera Secundarista em 2016.

Portanto, com a conquista dos direitos políticos não-obrigatórios às instituições de ensino superior, indaga-se de que forma estes estudantes participam da vida política, nos níveis internos dessas instituições de ensino.

¹⁴ Para estas e outras informações, acessar: <<https://une.org.br/a-une/>>. Acesso em 19/05/2019.

2 Referencial Teórico

Conforme citado na introdução deste trabalho, embora presente em todos os modelos democráticos existente, desde a Grécia Antiga até as democracias vigentes, a participação política assumiu diversas formas até chegarmos nas formas atuais de participação direta e indireta na vida política.

A participação política foi se tornando, ao decorrer do tempo, cada vez mais universalizada, uma vez que a participação eleitoral, até meados do século XX era praticada apenas a parte da população. No Brasil, mais especificamente, até o ano de 1889 só podiam votar aqueles cidadãos que fossem do século masculino, e tivessem renda suficiente, segundo censo econômico que era feito pelo governo. A conquista do direito de voto por parte das mulheres veio no ano de 1932, porém no Brasil, conforme aponta Nicolau (2012), o sufrágio universal só passou a existir a partir do ano de 1985, quando os analfabetos adquiriram o direito de voto.

No livro *Participação e Teoria Democrática*, publicado em 1970, Carole Pateman relaciona o pensamento de três proeminentes autores para discorrer sobre a participação nas democracias contemporâneas. Segundo Pateman, Jean-Jacques Rousseau, eminente pensador do iluminismo francês:

(...) considerava que a situação ideal para a tomada de decisões seria a que não contasse com a presença de grupos organizados, apenas indivíduos, pois os primeiros poderiam querer que prevalecesse suas “vontades particulares” (PATEMAN, 1992, p. 37-39).

Isto se dá, uma vez que Rousseau baseia toda sua teoria política na participação individual dos cidadãos nos processos de tomada de decisões. Sendo assim, como resultado da participação na tomada de decisões, “o cidadão participante é ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado” (PATEMAN, 1992, p. 37-39).

Segundo esta linha de raciocínio, a autora afirma que Stuart Mill, na sua crítica ao livro *A Democracia na América*, de Tocqueville, argumenta que não há serventia para o sufrágio universal e a participação em um governo nacional se o indivíduo não for preparado para sua participação em nível local. Para Mill, é no nível local que o cidadão aprende a se autogovernar (PATEMAN, 1992, p 46). Segundo o autor “um ato político que apenas se repete com o intervalo de alguns anos, e para o qual não se teve o preparo nos hábitos cotidianos do cidadão, deixa seu

intelecto e disposições morais inalteradas” (PATEMAN, 1992, p 46), sendo assim, para o autor não basta que apenas exista a participação, mas também é necessário que os cidadãos sejam preparados para exercer tal participação.

Ainda sobre a participação política, Pateman pondera em perspectiva os argumentos de G. D. H. Cole. Segundo a autora, “para transformar sua vontade em ação de um modo que não afete sua liberdade individual, Cole sustenta que os homens devem participar na organização e na regulamentação de suas associações” (PATEMAN, 1992, p.53). Para sustentar tal argumento, Cole define a sociedade, como sendo um conjunto de associações que se mantêm unidas pela vontade dos membros. Sendo assim, “se o indivíduo quiser se autogovernar, então ele não só tem de ser capaz de participar da tomada de decisões em todas as associações das quais ele é membro, como as próprias associações têm de ser livres para controlar seus próprios assuntos” (PATEMAN, 1992, p. 53).

Diante dos argumentos apresentados, a participação política vem sendo vista como parte essencial da democracia. Portanto, para se falar de participação política, há de se falar em democracia.

Tendo em vista que nos Estados atuais não existe a participação direta dos cidadãos, como no modelo grego¹⁵, as democracias existentes são tidas como democracias representativa, o autor Luís Felipe Miguel aponta a contradição que se encontra neste termo. Segundo o autor:

Embora a expressão “democracia representativa” seja aceita hoje com naturalidade, há uma tensão permanente entre o substantivo que remete a um ideal de igualdade política entre todos os cidadãos, e o adjetivo, que introduz um diferencial entre aqueles que tomam as decisões (os representantes) e aqueles que estão apenas submetidos a elas. (MIGUEL, 2014, p. 97)

Tal participação direta se torna impraticável nas democracias modernas, porque os Estados atuais são demasiadamente grandes para que todos os cidadãos possam se reunir. Além da extensão territorial, existe o problema populacional, uma vez que a população de tais Estados é grande demais para que todos os cidadãos possam participar de forma direta. O aumento dos

¹⁵ Como aponta Reis (2018) a democracia grega, tinha como pretexto ser um “governo exercido pelo *demos* (povo, conjunto de cidadãos livres), ou como governo exercido pelos pobres (em contraposição a demais classes). Entretanto, contrariando o significado da palavra, os cidadãos daquele tempo correspondiam à classe daqueles que exerciam atividades comerciais, tais quais os comerciantes, marinheiros, artesãos e etc. Mulheres, escravos e estrangeiros não possuíam direitos políticos. Para saber mais: REIS, Maria Dulce. Democracia Grega: A Antiga Atenas (Séc. V a. C.). Sapere Aude. Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 45-66, Jan/Jun. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/17648>>

direitos políticos dos cidadãos e a incorporação de grupos que nas formas de democracia mais antigas não participavam da vida política, faz com que se torne necessária alguma forma de mediação.

Sendo assim, a representação política é inevitável para qualquer tentativa de implementação de um regime democrático nos Estados contemporâneos, porém, Miguel (2014) aponta que embora o conceito de “democracia representativa” seja utilizado, tal conceito traz consigo uma contradição, tendo em vista que, tal modelo democrático se trata de “um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões” (MIGUEL, 2014, p 13).

O autor supracitado ainda sustenta que para o estabelecimento de uma ordem democrática existem um conjunto de desafios, os quais o autor sintetiza em três tópicos. O primeiro desafio colocado:

É a relação entre os interesses de indivíduos e grupos em uma sociedade e uma hipotética “vontade coletiva”, isto é, como permitir a livre expressão dos interesses em conflito e ainda assim manter uma unidade mínima, sem a qual nenhuma sociedade pode existir” (MIGUEL, 2014, p. 13).

O segundo desafio é a necessidade de qualquer regime democrático de “lidar com a capacidade diferenciada dos indivíduos de determinar suas próprias preferências e interesses de acordo tanto com os recursos cognitivos que dispõem” (MIGUEL, 2014, p. 14). Tal necessidade se mostra, uma vez que é preciso que o Estado democrático seja maleável, devido a diferenciação de seus cidadãos, uma vez que os níveis de participação e instrução para a participação desses podem ser muito diferentes.

O último desafio está relacionado com a possibilidade de manipular a “vontade coletiva” através do “uso estratégico das normas de agregação de preferências” (MIGUEL, 2014, p. 14). Para complementar e esclarecer esse ponto, o autor apresenta duas teorias que fundamentam tal desafio. A primeira teoria é o “Paradoxo de Condorcet” que demonstra que na presença de mais de duas opções e mais de dois indivíduos votantes, existe o risco de que escolhas racionais individuais levem a resultados coletivos irracionais. A segunda teoria parte do Paradoxo de Condorcet e é chamada de “Teorema da impossibilidade de Arrow”, no qual o autor Kenneth Arrow estabelece que a soma das racionalidades individuais não resulta em uma racionalidade coletiva. (MIGUEL, 2014, nota de rodapé 5, p. 14).

Estes três desafios estão presentes tanto na democracia participativa, quanto em situações de democracia direta, conforme lembra Luís Felipe Miguel. Porém, a necessidade de

representação política traz consigo um novo conjunto de problemas ligados uns aos outros. Tais problemas podem ser divididos no que o autor chama de quatro problemas fundamentais. Segundo o autor:

(1) O primeiro problema se refere à separação entre governantes e governados, isto é, à constatação de que as decisões políticas são tomadas de fato por um pequeno grupo e não pela massa das pessoas que serão submetidas a elas. Aqui, “governante” não indica apenas quem tem a incumbência de efetivar as decisões coletivas – no sentido em que Rousseau via o governo como um corpo intermediário entre o povo-enquanto-soberano e o povo enquanto massa de indivíduos atomizados, destinado a impor ao povo, no dia a dia, a vontade geral que emanara dele próprio. Quem governa exerce de fato a soberania que pertence nominalmente ao povo.

(2) A formação de uma elite política distanciada da massa da população, como consequência de da especialização funcional acima mencionada, é o segundo problema. O “princípio da rotação”, crucial nas democracias da Antiguidade – governar e ser governado, alternadamente –, não se aplica, uma vez que o grupo governante tende a exercer permanentemente o poder. Na experiência democrática da Grécia antiga era de se esperar que, além da vivência das deliberações na ágora, o cidadão comum viesse a ocupar, em algum momento, um dos muitos cargos públicos preenchidos por sorteio; e que convivesse, entre seus familiares, amigos e vizinhos, com ocupantes desses cargos. Hoje há uma considerável distância entre a massa da população e a elite política (MIGUEL, 2014, p. 15).

Para Miguel, tal situação referente ao segundo problema se intensifica, pois a separação entre governados e governantes normalmente tende a acentuar a reprodução de desigualdades sociais. O autor afirma que a elite política é normalmente constituída por muito mais homens do que mulheres, sendo que as minorias étnicas, sexuais e as classes trabalhadoras também tendem a ser sub-representadas (MIGUEL, 2014).

O terceiro problema, segundo o mesmo autor, remete à “ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes” (MIGUEL, 2014, p. 16). Tal entrave se deve ao fato de que os representantes tendem a ter diferentes características sociais, se comparados aos representados. Além disso, a nova posição de representante, leva a produção de uma nova gama de interesses, distintos dos interesses do povo (MIGUEL, 2014).

O quarto e último entrave identificado pelo autor se refere “a distância entre o momento em que se firmam os compromissos com os constituintes (a campanha eleitoral) e o momento do exercício do poder (o exercício de mandato)” (MIGUEL, 2014, p. 17). Tal problema existe, segundo o autor, devido a uma diferença temporal, tendo em vista que num cenário político os interesses e a conjuntura política podem mudar de maneira muito rápida, e sendo assim, os compromissos assumidos durante uma campanha eleitoral podem perder

validade até o mandato de fato ocorrer, sem que haja manipulação alguma (MIGUEL, 2014).

Este contexto mostra que a democracia tem o objetivo de ser um modelo de governo no qual os cidadãos tenham participação na política, mesmo que de forma indireta. Sendo assim, este modelo apresenta “quatro problemas fundamentais” da representação política, segundo Miguel (2014), que acabam por reforçar as barreiras sociais que permeiam a política, fazendo com que os interesses da elite política sejam favorecidos, e os interesses de outros grupos sejam deixados de lado.

Isso se mostra de maneira mais profunda através da relação antagônica entre os conceitos de povo e governo. Como coloca Miguel (2014) “*demos*, o povo, é o conjunto de todos os cidadãos. Mas a democracia vai ser definida como o governo de muitos (não de *todos*), quando não como governo dos pobres” (MIGUEL, 2014, p. 20). Esta relação é alarmante pelo fato de que um “governo do povo” seja contraditório em termos, já que estes termos ocupam posições opostas. Esta oposição se dá pelo fato de que há uma elitização nos regimes democráticos atuais, e tal elitização faz com que aqueles que estão no poder defendam os interesses de seu grupo e, dessa forma, a democracia acaba sendo um modelo falho, e o chamado “governo de muitos” se torna inviável.

Sendo demonstrada essa incompatibilidade entre a democracia representativa e os interesses conflitantes de seus estratos políticos e sociais, Schumpeter afirma que a democracia se resume ao exercício do voto e que aqueles qualificados como cidadãos devem ser livres para apresentar candidaturas. Embora reforce esta liberdade, o próprio escritor afirma que a liberdade formal da apresentação de candidaturas não possa ser efetivada, vez que só pode se candidatar aquele que pode arcar com os custos de uma candidatura, ou seja, tenham acessos a determinados recursos econômicos e culturais. De tal forma, percebe-se que no lugar da ideia de um poder que emana do povo, foi introduzido o dogma elitista de que política é uma atividade de minorias (MIGUEL, 2014, p. 60).

A partir da década de 1970 surge a corrente participativa que visava uma democracia na qual a participação popular fosse privilegiada. Para os autores desta corrente, esperava-se, conforme aponta Miguel:

Através da participação efetiva nos locais de moradia, trabalho ou estudo, surgiriam oportunidades para a obtenção de informações sobre o mundo à volta, com um conhecimento mais efetivo sobre o funcionamento da política e da sociedade. O resultado seria, em primeiro lugar, uma maior autonomia coletiva, devido ao controle assumido sobre esferas importantes da vida cotidiana. Mas também era esperada a melhoria na qualidade da “macropolítica”. Graças à aprendizagem

propiciada pela participação direta, os cidadãos estariam mais bem capacitados para tomar decisões e, em especial para eleger, supervisionar e dialogar com seus representantes. (MIGUEL, 2014, p. 64)

Já nos anos de 1980, a corrente participativa perdeu espaço e o posto de principal alternativa à teoria hegemônica da democracia, sendo substituída pela corrente da democracia deliberativa. Esta corrente se baseia no ideal participacionista, mas, no entanto, o enfoque dado é nos mecanismos discursivos da prática política. Segundo Miguel, com base na tese de Joshua Cohen (COHEN *apud* MIGUEL, 2014, p. 66), os teóricos da democracia deliberativa entendem que as decisões políticas devem ser feitas por todos aqueles que irão ser submetidos às consequências de tal tomada de decisão (COHEN *apud* MIGUEL, 2014, p. 66).

Embora essas duas teorias sejam divergentes em alguns pontos, é possível notar que o exercício do voto é tido como uma das bases da participação política na democracia, tendo em vista que é através das eleições que se elegem os representantes que vão, ou deveriam levar, os interesses de determinado grupo até às pautas governamentais.

No Brasil, devido a um golpe de Estado em 1964, um regime autoritário foi instaurado e os cidadãos brasileiros, embora não tivessem perdido todo o poder de voto, deixaram de poder votar para importantes cargos, ficando com seus direitos políticos lesados até o fim do regime autoritário. Como aponta Nicolau, embora tenha ocorrido o golpe de Estado e o poder tenha sido tomado, os cidadãos votaram, durante a ditadura militar, para vereadores (em 1966, 1970, 1972 e 1976) e para deputados (tanto estaduais como federais, nos anos de 1966, 1970, 1974 e 1978) (NICOLAU, 2002).

Mesmo que as eleições para tais cargos tenham sido mantidas, as eleições para os cargos de presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, prefeitos e vice-prefeitos de capitais e senador foram suspensas. É importante lembrar que como durante a ditadura militar havia a ausência de liberdades civis e políticas, o que tornava tais eleições frágeis. Durante o período ditatorial não haviam formas de contestar o governo, e a concorrência para a disputa destes cargos era limitada a apenas dois partidos legais: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As primeiras eleições diretas para algum destes cargos foram as eleições para governador que ocorreram em 1982. As eleições diretas para o cargo de Presidente da República ocorreram novamente em 1989 (NICOLAU, 2002).

Assim, ainda que o voto no Brasil seja obrigatório para todos os cidadãos que tenham entre dezoito e setenta anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta anos e jovens que tem entre dezesseis e dezoito anos, é notável, de acordo com Miguel (2014, p. 98),

um declínio eleitoral, ainda que tal direito ao voto tenha sido recentemente reconquistado de forma plena pela população brasileira. Conforme esse autor, mesmo em países com o voto obrigatório, o fenômeno da falta de comparecimento às urnas também ocorre. No Brasil:

No segundo turno das eleições presidenciais de 2010, 21,5% dos eleitores registrados se abstiveram [de votar para tal cargo], o maior índice desde a redemocratização do país. Dos votos contados, 6,7% foram em branco ou nulos. Somem-se a isso os mais de 2 milhões de pessoas em idade de votar que não se alistam (o registro é opcional para analfabetos e jovens entre 16 e 18 anos). No final das contas, quase 30% dos brasileiros e brasileiras em idade de votar desprezaram o direito de escolher a nova presidente da República. (MIGUEL, 2014, p. 99)

No cenário apontado por Miguel (2014) pode ser comprovado também pelo número de abstenções e votos em branco e nulos no primeiro turno da eleição presidencial de 2018. Conforme a Divulgação de Resultados¹⁶ do Tribunal Superior Eleitoral, no primeiro turno da eleição presidencial houve uma taxa de abstenção de 20,33%, acompanhada de 8,79% de votos válidos nulos ou em branco. Através de tais informações, chega-se a conclusão de que 40.254.406 eleitores de um eleitorado total de 147.306.295 pessoas deixaram de exercer seu direito político ao voto.

Além do que já se foi citado, para o entendimento da participação política, também é necessário discorrer sobre os movimentos sociais, uma vez que tais movimentos estiveram presentes mesmo em épocas em que a participação eleitoral fosse restrita. Conforme coloca Jasper

As pessoas protestam de todas as formas possíveis. Escravos, servos e outros sob vigilância estrita encontram meios sutis, como cuspir na comida do senhor, fazer-se de ignorantes ao receberem ordens, realizar tarefas malfeitas, roubar ou quebrar objetos de valor. Caso questionados, podem às vezes negar qualquer intenção de resistência, embora isso nem sempre evite que sejam espancados. Algumas dessas armas dos fracos proporcionam apenas compensações ou ganhos privados, mas outras são usadas tendo o público em mente. Algumas exigem solidariedade, tais como piadas, fofocas e rumores no âmbito privado que solapam o poder e a dignidade dos opressores. Algo tão simples como arregalar os olhos pode minar uma autoridade, sugerindo que o chefe é tolo ou confuso. (JASPER, 2013?, p. 35)

Estes levantes contra aqueles que estão no poder e oprimem a população demonstra que a ideia de fazer oposição e tentar derrubar aqueles que dão ordens não são coisa nova, entretanto, os movimentos sociais, como os temos atualmente, surgiram na modernidade. Tais movimentos, segundo Jasper, surgiram na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, no final do

¹⁶ Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/>>, acesso em 14/10/18.

século XVIII. O intuito destes movimentos era, parcialmente, tirar vantagem dos parlamentos (JASPER, 2013, p. 37)

Conforme colocado anteriormente, tais movimentos, que no início eram mais diretos, passaram a ser indiretos, se utilizando de discursos, marchas, petições, manifestações, entre outros, para exercer pressão naqueles que ocupavam cargos públicos. Sendo assim, os movimentos sociais se comunicavam com aqueles políticos eleitos, com a mídia, e com a população em geral (TILLY *apud*. JASPER, 2013, p. 37). Nesse contexto, Jasper (2013) fala sobre as arenas, tais como tribunais, parlamentos, mídia, etc. Estas arenas, também chamadas de estruturas políticas de oportunidade, uma vez que “oferecem aberturas aberturas para certos tipos de protesto e desestimulam outros”. Além das estruturas de oportunidade política, existem também, segundo o autor, janelas de oportunidade, que acontecem quando algum fato ocorrido propicia uma chance de protesto momentânea, uma vez que após um certo tempo, tal fato sai da mídia, fechando esta janela de oportunidade (JASPER, 2013, p. 37-38).

No Brasil, mesmo em momentos de restrição do voto, como no período da ditadura militar, os movimentos sociais, ainda que de forma menos presente, se mantiveram ativos, e no período da redemocratização foram essenciais para a construção da Constituição Federal de 1988.

No contexto da democracia participativa, Santos aponta que no Brasil, as potencialidades da democracia participativa se manifestam de forma mais clara. Conforme tal autor: “a Constituição foi capaz de incorporar novos elementos culturais surgidos na sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para a prática democrática participativa (SANTOS, 2002, p. 65). Ainda é colocado que a motivação desta participação, no caso do Brasil, é parte da herança de democratização que fez com que atores sociais, principalmente vindos do movimento comunitário, disputem o significado do termo participação. Santos cita o exemplo do Orçamento Participativo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, cidade na qual tal disputa é dada através da abertura de espaços de participação (SANTOS, 2002 ,p. 65). Segundo Santos, com tal abertura “surgem formas de efetivas de combinação entre elementos da democracia participativa e da representativa” (SANTOS, 2002, p.65).

Além destes entraves, a crise de representatividade é outro problema abordado por Luis Felipe Miguel, para tal autor, ao ser representado, são subtraídos dos grupos ou indivíduos certas características e deixadas outras consideradas mais importantes, porém este juízo de

importância é subjetivo. De tal maneira, tal importância, além de sempre descartar outras características, é sempre sujeita a divergências (MIGUEL, 2014, p. 129).

Ainda conforme Miguel

Uma afirmação tão genérica, uma crise disseminada da representação política em novas e velhas democracias – é de difícil comprovação, mas creio que se sustenta sobre três conjuntos de evidências relativas: (1) ao declínio do comparecimento eleitoral; (2) à ampliação da desconfiança e, relação às instituições, medidas por *surveys*; e ao esvaziamento dos partidos políticos. Os dados mais objetivos diz respeito ao primeiro ponto: o aumento na quantidade das abstenções, comparativamente às duas ou três décadas do pós-guerras. (MIGUEL, 2014, p. 98)

O resultado disso para o autor, é uma retomada dos princípios democráticos, devido à percepção de que certos interesses tem atenção especial, sendo privilegiados, enquanto a participação da população como um geral é reduzida. Tal retomada, aliada ao descontentamento com as instituições democráticas, segundo o autor, demonstra que “as promessas da democracia representativa não são realizadas” (MIGUEL, 2015, p. 103)

É colocado, ainda, que tal crise de representatividade, também está relacionada, não só com a desigualdade política, mas com as desigualdades sociais como um todo. É por tal motivo, que segundo o autor, não é possível que haja um pleno funcionamento da democracia “sem um mínimo de igualdade material e garantia das condições básicas de existência.” (MIGUEL, 2014, p. 135)

Não obstante, destaca-se que a crise de representatividade é também observada em instituições de base que permeiam a atual sociedade democrática, contando como formas de participação política, uma vez que tais grupos exercem pressão para que suas pautas sejam também incluídas nas agendas governamentais.

Dentre essas instituições que sofrem com tal crise, pode ser enquadrada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que é a principal associação representativa de estudantes brasileiros do ensino superior. A UNE teve grande participação em movimentos como “Diretas Já” que buscavam a redemocratização do país, através de eleições diretas para presidente, e durante a campanha “Fora Collor”, que buscava a cassação do mandato do presidente Fernando Collor de Melo. Como observa Mesquita:

Podemos destacar também que o movimento estudantil, nos últimos anos, absorveu várias das tendências e temáticas dos novos movimentos sociais. Além do aparecimento das diversas expressões estudantis, surgem também de maneira expressiva temas mais amplos como a discussão da cultura, do meio ambiente, da paz, dos movimentos de minoria, entre outros. Porém, apesar disso, o movimento estudantil não

consegue aglutinar boa parte dos estudantes, seja na realização de suas assembleias, seja nas passeatas etc. (2003, p. 121).

Para o autor, o movimento passa por uma crise de representatividade e de organicidade que se manifestam, principalmente, na baixa expressividade e na fragmentação de tal movimento. Na conjuntura atual, surge dentro do movimento estudantil uma espécie de elitização, tendo em vista que, segundo aponta Mesquita, o movimento é “burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado”, dentre outras justificativas que permeiam o afastamento dos estudantes do movimento (2003, p. 122). Mesquita ainda afirma que, atualmente, os estudantes não se identificam com o movimento, o que também atrapalha a representatividade, uma vez que a comunicação entre os estudantes e as entidades são necessários para que de fato haja uma representação (MESQUITA, 2003).

Mais recentemente, o movimento estudantil apresenta no seu interior grupos que buscam colocar pautas diferentes das consideradas “normais” pela parcela mais conservadora da população. As causas da cultura, ideologia de gênero, igualdade racial, entre outros. Tais pautas identitárias, novas no movimento, demonstram, segundo Mesquita (2014), que há um “desgaste de uma forma tradicional de fazer política que não contempla a diversidade e anseios desta juventude” (MESQUITA, 2003, p. 145 – 146).

Ainda neste contexto, esse autor ressalta a estrutura funcional destas entidades e suas práticas políticas tradicionais continuam hegemônicas, mas que já não conseguem mais mobilizar a maioria dos estudantes, que, por sua vez, não se sentem mais representados pelos grupos que participam deste campo político (MESQUITA, 2003, p. 146).

Partindo dessa perspectiva, Groppo (2016), traz a ideia de Movimentos Juvenis. O autor afirma:

(...) sobre a pertinência deste termo para tratar de uma série de coletivos formados por estudantes, no interior da universidade, que não tinha necessariamente a intenção de disputar as entidades estudantis oficiais (como CAs e DCE) e que poderiam ter sido originalmente formados fora da universidade, atuando em temas diversos da chamada política estudantil e para além dos muros da universidade. (2016, pg. 846)

A partir desta lógica, então, volta-se ao problema inicial elencado na Introdução deste texto, qual seja: avaliar se, atualmente, os estudantes de ensino superior participam da vida política, dentro das universidades, através de diversas entidades como os Centros Acadêmicos

(CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), levando em conta que tais entidades existem em todas as instituições de ensino superior brasileiras.

Ao discutir os resultados deste trabalho, será utilizado o aporte teórico da autora Ann Mische (1997). Mais precisamente o conceito de redes sociais utilizado pela autora:

(...) cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimentos coletivos, que dão sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes – por exemplo, de trabalho, bairro, escolar, família – dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas.” (MISCHE, 1997, p. 139).

3 Metodologia de Pesquisa

A metodologia de pesquisa proposta utilizada para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, uma vez que o intuito do trabalho é simplesmente fazer uma primeira avaliação sobre as formas de participação política, que não a participação eleitoral, dentro das universidades brasileiras. Para possibilitar tal, será realizada uma análise documental, a fim de perceber se existe ou não material publicado sobre tal assunto. Se existente, tais publicações serão analisadas e fichadas, para que seja possível ter um entendimento sobre como a participação ocorre.

O marco tema deste trabalho será a participação e suas definições e suas relações com o voto, para analisar se existe participação senão aquela que é obrigatória, dentro das Universidades, através de entidades de base como Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes.

Nesse sentido, foram estudadas obras que remetam ao histórico do direito ao voto no Brasil, os movimentos sociais, bem como sobre a democracia participativa, marco teórico escolhido para este trabalho, devido ao fato da democracia participativa ser o modelo:

“onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um “*feedback*” do input para o output.” (PATEMAN, 1992, p. 62)

De tal forma, a democracia participativa tem como pressuposto a participação da sociedade para seu funcionamento, sendo que como dito anteriormente, esta participação política não fica restrita ao direito de voto, de acordo com Pateman (1992), mas vai além e busca desenvolver capacidades sociais e políticas dos indivíduos.

O estudo das obras foi direcionado à análise do exercício do direito político pelos

cidadãos e cidadãs, principalmente pelo exercício dos direitos políticos, a parte da participação eleitoral obrigatória, segundo a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, pretende-se, a partir de um levantamento bibliográfico estratégico, retomar os panos de fundo sobre a participação política nas universidades brasileiras. Importante trazer ainda, que as leituras são amparadas pelos aportes materiais, trazendo sempre que possível análise documental e a abordagem, a partir da análise das posturas midiáticas, dos eventos ocorridos que remetam ao objeto de estudo, tais como manifestações, movimento de ocupações e etc.

3 Resultados

Segundo Cunha (2006), a universidade já interferia na vida das sociedades ainda no século XV. Tal interferência não se cessa até os dias de hoje, sendo possível ressaltar inúmeros movimentos articulados pelo que Groppo (2016) chama de “organizações juvenis”.

Neste sentido, Sidney Oliveira Santos Silva Filho, em sua tese de Mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estudou a participação política de jovens universitários, entrevistando alunos de diversas universidades¹⁷ na região metropolitana de Recife, no estado de Pernambuco.

Silva Filho (2017), em seu trabalho, separa a participação política nas Universidades estudadas, entre participação nas formas convencionais (partidos políticos e movimento estudantil), e participação nas formas não convencionais (manifestações de rua, protestos, passeatas e engajamento em espaços virtuais). Para este trabalho nos interessam ambas formas de participação, a não convencional e a participação no movimento estudantil.

Com relação ao movimento estudantil, o autor constata, por meio das entrevistas, que há baixa participação dos entrevistados em grupos ligados ao movimento estudantil, como Centros Acadêmicos, ou Diretórios Centrais de Estudantes. Ainda segundo Silva Filho:

(...) a baixa participação em movimentos e entidades estudantis também tem associação com o processo de crise de representatividade política que atinge os espaços convencionais de participação política estudantil, os diretórios acadêmicos e os diretórios centrais de estudantes. (SILVA FILHO, 2017, p. 71)

¹⁷ Foram entrevistados alunos das seguintes universidades: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade de Pernambuco (UPE); Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Faculdade Boa Viagem (FBV); Faculdade Estácio do Recife (FIR) e Faculdade Maurício de Nassau (NASSAU).

Por fim, é constatado que, muitas vezes, os atores políticos que agem nos espaços convencionais de atuação estudantil, atuam também em juventudes de partidos políticos. Segundo o autor, seria um “processo de emparelhamento do movimento estudantil realizado por alguns partidos políticos.” (SILVA FILHO, 2017, p. 71)

No que tange à participação política não convencional, a pesquisa informou que grande parte dos jovens entrevistados afirmaram que seus primeiros atos de participação política se deram através de passeatas, manifestações e protestos ocorridos em 2013. (Silva Filho, 2017)

Tais manifestações de 2013 foram arquitetadas e foram disseminadas via redes sociais virtuais, o que nos mostra outra forma de participação política não convencional que se mostra muito presente no trabalho de Silva Filho (2017), que é a participação nos espaços virtuais. A participação pode surgir através de notícias advindas de canais de comunicação presentes nas redes sociais, ou também, através de abaixo-assinados online, grupos de discussão, fóruns virtuais, entre outros. A Internet, para o autor:

(...) pode funcionar como um espaço de socialização política, uma vez que vários jovens que não estão engajados em outros espaços de socialização como os partidos, os sindicatos, o movimento estudantil, encontram meios de comunicação de massa virtuais (jornais e revistas eletrônicas, Blogs, páginas do *Facebook*, perfis do *Instagram*) informações sobre política. (SILVA FILHO, 2017, p. 77)

Embora o uso da internet como espaço de socialização seja algo positivo, é preciso considerar o problema da veracidade das informações disponíveis nestes ambientes virtuais, uma vez que a internet ainda não apresenta apenas conteúdo confiável. Desta forma, é pela Internet que se organizam manifestações de rua, se debate política, são repassadas informações, etc. Além disso, a tecnologia digital pode se aliar às formas tradicionais de participação, uma vez que auxiliam em reuniões, divulgação de manifestações, dentre outros. (Silva Filho, 2017) Sendo assim, ela:

(...) se constitui como um importante espaço de participação política para as juventudes entrevistadas, tendo em vista que os grupos e espaços virtuais contribuem para o processo de ampliação das formas de participação política das juventudes nas sociedades contemporâneas. (SILVA FILHO, 2017, p. 81)

Já Maia (2011), em sua pesquisa na Universidade Federal da Bahia (UFBA), procura entender a participação política dos alunos através de espaços institucionalizados, como os Centros Acadêmicos (ou Diretórios Acadêmicos) e Diretório Central dos Estudantes, e de espaços e grupos não institucionalizados, como grupos de militância ligados às questões de cor,

gênero, sexualidade, entre outros.

Quanto a metodologia, Maia (2011) utiliza-se das entrevistas presenciais semi estruturadas, dos diários de campo e da pesquisa participativa. Foram entrevistados 8 alunos atuantes em diferentes grupos, como Centros Acadêmicos e DCE, Luta Antimanicomial, Movimento Passe Livre (MPL) e militância LGBT.

Dois dos alunos entrevistados participavam da representação estudantil (seja através de Centros Acadêmicos ou Diretório Central dos Estudantes). Segundo os autores, os entrevistados:

Trazem, como traços de sua história pessoal, o desejo prévio de fazer política, descobrindo a universidade como um espaço propício para seu desenvolvimento nesse campo. Além disso, trazem à tona a importância da articulação dos diversos movimentos sociais, do diálogo e apoio entre eles, pela ação em rede e através da oportunização de discussões, fóruns e eventos estudantis que os vinculam ao mundo da política. (MAIA, 2011, pg. 175)

Além disso, os entrevistados ressaltaram o papel do estudante como ator coadjuvante no processo de transformação e constituição do espaço universitário. Os alunos ainda colocam que é de grande importância o espaço de movimentação político-social existente na universidade, pois fora do ambiente universitário são mais difíceis de serem encontrados. (Maia, 2011)

Por outro lado, um estudante entrevistado, milita no Grupo de Trabalho da Luta Antimanicomial, Eduardo Araújo, criado por estudantes de psicologia da UFBA, e atua também na assessoria da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental (AMEA). O estudante conta que sua inserção nesse grupo foi positiva para a sua postura como estudante de Psicologia, isso pois o mesmo conta que desenvolveu postura crítica com relação à falta de formação prática (segundo o aluno). Os autores entendem que:

(...) a fragilidade de atividades práticas curriculares voltadas para a formação adequada do futuro profissional e a carência de interesse acadêmico e curricular, nesse campo do conhecimento psicológico e psiquiátrico, contribuíram para a busca de uma forma de atuação e organização tanto acadêmica quanto política fora do território da universidade, e sem que esta se desse conta da contribuição formativa que um coletivo dessa natureza pode exercer sobre os estudantes e seu futuro. (MAIA, 2011, pg. 177)

O estudante participante do Movimento Passe Livre (MPL) é atuante em outros espaços políticos da universidade, mas seu maior engajamento se dá no MPL. O estudante avalia que sua participação em tal movimento favoreceu uma mudança em sua percepção de mundo.

Segundo os autores, o engajamento político promove:

(...) o crescimento pessoal e humanístico, além de permitir ao jovem compreender importantes detalhes do mundo ao seu redor que só são possíveis de decodificar através de ações desenvolvidas em grupos cooperativos. (MAIA, 2011, pg. 179)

Com relação aos diversos grupos ligados ao movimento LGBT, os entrevistados participaram de diversos grupos, com origens em inúmeros centros de ensino superior da Bahia, mas atualmente militam pelos grupos KIU! e GGEBA (Grupo Gay da Escola de Belas Artes da UFBA). No que tange a participação dos estudantes em grupos LGBT, os autores afirmam que:

Nos dois grupos LGBT que forneceram depoimentos para a elaboração desse texto – o KIU! e o GGEBA –, a relação e a perspectiva de seus protagonistas, em diferentes contextos e com interlocutores variados, evidenciam a existência de fértil participação política de estudantes da UFBA nesses coletivos que se utilizam de meios diversos para viabilizar suas ações. Recursos tradicionais da arena política, reflexão teórica e científica sobre o fenômeno social, político e histórico da homoafetividade, intervenções estéticas que utilizam as artes plásticas e o cinema, a organização e a participação em eventos como festivais, seminários e paradas. Todas as possibilidades parecem boas para viabilizar os objetivos desses movimentos, dentro e fora do espaço universitário. (MAIA, 2011, p. 183)

Ao concluir o artigo, os autores colocam que a política vincula o sujeito a questões do seu próprio universo, no qual as possibilidades de ação coletiva podem influenciar na formação dos jovens universitários que buscam encontrar seu espaço. Apesar de enfrentarem dificuldades, os estudantes reconhecem que há uma concessão de espaço, para grupos políticos se articularem, dentro da universidade. Além disso, articulação externa de movimentos que estão dentro da Universidade Federal da Bahia também é destacada por Maia (2011). Segundo este autor :

Apesar dessas dificuldades, todos reconhecem que a universidade concede espaço para a articulação independente de diferentes grupos. Há uma infraestrutura mínima, constituída pelos espaços legitimados para os DA, CA e DCE, cujo funcionamento é garantido administrativamente. A articulação externa dos movimentos que convivem no interior da UFBA é outro ponto de destaque; sejam como pontos de apoio, de negociação, interlocução ou ações paralelas, os estudantes não restringem sua movimentação política aos muros da universidade, participando de ações coletivas, locais e nacionais, que reforçam seus movimentos específicos, tornando-se fontes de mais aprendizagem do ponto de vista de sua formação política. O trânsito dos estudantes por outros contextos auxilia sua formação política, que se dá de maneira informal, marginal e prática, no seio da movimentação de indivíduos e grupos sociais diversos. (MAIA, 2011, p. 185)

Para os autores, a participação dos estudantes em grupos como os vistos nas entrevistas, demonstra que, ao menos no caso da UFBA, parte das juventudes tem, sim, participação política e “buscam formas inovadoras de atuação” (MAIA, 2011, p. 185).

Através da análise de tais obras, este trabalho conclui que, ao que parece, a participação política não obrigatória ocorre nos níveis internos das universidades estudadas de diversas formas. Tais formas são tanto clássicas como inovadoras, e vêm quebrando barreiras com relação a participação política de toda a sociedade.

Nota-se através dos trabalhos de Silva Filho (2017) e Maia (2011) que a participação política vai além daqueles moldes tradicionais como Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes, e permeia toda a universidade, uma vez que os estudantes não se limitam ao movimento estudantil, e acabam por se enquadrar no conceito de Movimentos Juvenis, de Groppo (2016). Tal aproximação se dá pela colocação do autor acerca de tais movimentos.:

(...) sobre a pertinência deste termo para tratar de uma série de coletivos formados por estudantes, no interior da universidade, que não tinha necessariamente a intenção de disputar as entidades estudantis oficiais (como CAs e DCE) e que poderiam ter sido originalmente formados fora da universidade, atuando em temas diversos da chamada política estudantil e para além dos muros da universidade. (GROPPO, 2016, pg. 846)

Neste sentido, tal fato pode ser explicado por Anne Mische. Tal autora conduziu um estudo a respeito das mudanças entre os movimentos políticos ocorridos nas décadas de 1960 e 1990 no Brasil. Em tal estudo, Mische acentua que nos anos de 1960, devido às tensões acerca do próprio início da ditadura militar, com o golpe de 64, a concentração da identidade política se deu nos estudantes, uma vez que estes jovens estavam restritos apenas às redes de sua família e a sua universidade. (MISCHE, 1997, pg. 7) Entretanto, com a retomada da democracia na década de 1980, os jovens não estavam mais limitados somente a estas redes, estando expostos a inúmeros outros espaços, como praças, shoppings centers, etc. De tal forma que:

Os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos. Por isso, a categoria de “estudante” não tem a multivalência necessária para servir como um prisma para a diversidade de projetos-em-formação dos jovens nos anos 90. Daí a necessidade de uma identidade mais abrangente (e ambígua), evidente no universalismo formal de

“cidadão”. (MISCHE, 1997, pg. 140)

Para se compreender melhor esta relação, é necessário relembrar o conceito de redes sociais utilizado por Ann Mische, e adotado neste trabalho:

(...) cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimentos coletivos, que dão sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes – por exemplo, de trabalho, bairro, escolar, família – dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas. (MISCHE, 1997, pg 139)

Tomando por base tal mudança durante o processo de redemocratização do país, dada pelo aumento de redes disponíveis para os jovens, não se tem mais uma participação política que ocorra somente nos moldes tradicionais, uma vez que estamos numa era pós-moderna, na qual a globalização e o acesso a Internet tornam tais redes ainda mais abrangentes.

4 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo discutir a participação política dentro das universidades brasileiras, com o propósito de averiguar e constatar por quais vias tal participação ocorre.

Com o intuito de satisfazer o proposto, o marco teórico escolhido foi a democracia participativa, uma vez que tal modelo tem a participação política dos cidadãos como um dos principais pilares de seu funcionamento. Ainda assim, Luís Felipe Miguel (2014) fornece informações sobre a contradição que tal modelo carrega, tendo em vista que enquanto o modelo pressupõe a participação e tenha uma prerrogativa de igualdade política entre todos os cidadãos, há neste modelo uma grande diferença entre a sociedade e os seus representantes. (MIGUEL, 2014, p. 97)

Para cumprir com o objetivo da pesquisa, a metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Foram pesquisados termos e temas como democracia participativa, participação política, movimento estudantil, política na universidade, movimentos juvenis, redes sociais, entre outros.

Tais temas foram de suma importância para a reflexão acerca do conteúdo deste trabalho e desenvolvimento da pesquisa. Dentre tais destaco o conceito de redes sociais aqui utilizado, trabalhado por Ann Mische (1997), sem o qual não seria possível analisar as mudanças que vêm ocorrendo na participação política no decorrer dos anos.

Os resultados encontrados na pesquisa demonstram que a participação política nas universidades existe nos casos estudados, e, além disso, ocorre de diversas formas que fogem das estruturas tradicionais de participação, como Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes.

Além das estruturas tradicionais já existentes, ao decorrer da pesquisa, foi possível notar que tal participação política previamente citada vem aparecendo de outras maneiras, seja através do uso de redes sociais e fóruns online e o uso da mídia online, conforme aponta Silva Filho (2017), ou também através de grupos não institucionalizados, como grupos de militância ligados à questão de cor, gênero, sexualidade, entre outros, como coloca Maia (2011).

De tal forma, os resultados foram satisfatórios, uma vez que demonstram que nos casos estudados existe participação política nas universidades. Nota-se uma fragilidade no assunto, uma vez que os resultados aqui apontados são baseados em apenas dois textos, entretanto, tal área mostra uma escassez de publicações relacionadas à participação política. Sendo assim, recomenda-se uma maior investigação sobre esta participação e as formas pelas quais ela acontece.

Embora os resultados tenham sido positivos, esta pesquisa apresentou limites, uma vez que o voto, por ser obrigatório para maiores de 18 anos, foi desconsiderado neste trabalho. Além disso, ao desconsiderar o voto, também foi deixada de lado a relação entre os partidos políticos e os movimentos juvenis. Tal relação é de enorme importância, tendo em vista que, se analisarmos o poder do movimento estudantil demonstrado neste trabalho, vemos sua expressividade política. Essa expressividade pode despertar o interesse de partidos políticos que buscam usar desta expressividade política possuída pelo movimento estudantil. Além disso, essa pesquisa cumpre mais o papel de fazer um primeiro mapeamento do debate sobre a participação estudantil, não tendo coletado novas informações e dados através de pesquisa quantitativa, como poderá ser feito em outra ocasião.

Sendo assim, acredita-se que o trabalho tenha cumprido seu papel e tenha tido resultados satisfatórios, ainda que parciais, ao demonstrar que a participação política se mantém nas universidades, e vem se desenvolvendo e se modificando junto com as relações sociais, no contexto do Brasil do fim do século XX e início do XXI.

5. Referências Bibliográficas

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: *De la Liberté cliez les Modernes*. Marcel Gauchet (org). Le Livre de Poche, Collection Pluriel.

Tradução Loura Silveira. Paris, 1980. Disponível em:
<http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf>

CUNHA, Luiz Antônio. **Autonomia Universitária:** Teoria e Prática. in: *Universidad e investigación científica*. Vessuri, Hebe. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Noviembre 2006. ISBN: 978-987-1183-62-3. Disponível em:
<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/vessuri/Luiz A Cunha .pdf>>

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes Universitárias:** Participação Política e Processos Educativos em uma Universidade no Interior de Minas Gerais. *Educativa*, Goiânia, v.19, n. 3, 2016. Disponível em:
<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5440/3012>>

JASPER, James Macdonald. *Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

MAIA, AJV., et al. **Juventude e política:** observando a Ufba. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 169-186. ISBN 978-85- 232-1211-7. Disponível em: <books.scielo.org/id/n656x/swf/10.swf>

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Dimensões Democráticas nas Jornadas de Junho:** Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, v. 33, n 98, 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; REIS, Stephanie; SARMENTO, Rayza. **As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero:** as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 22, jan./abr., 2017.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento estudantil brasileiro:** Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, Outubro 2003: 117-149. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>>.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação:** territórios em disputa. 1. ed. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 2014.

MISCHE, Ann. (1997), "De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política". *Revista Brasileira de Educação*, nºs 5-6, pp. 134-150. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/SeminárioMische.pdf>.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** Do Império aos dias atuais. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia:** Razões da Revolta. 1. Ed.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. 1. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

REAL, Danielly da Costa Vila. **Primavera Secundarista: Engajamento Estudantil nas Ocupações de Vitória – ES em 2016**. 2018. 159 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/9906>>.

SILVA FILHO, Sidney Oliveira Santos. **Juventudes e Participação Política: A Participação Convencional e Não Convencional dos Jovens Universitários**. 2017. 91f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24256/1/SidneyOliveiraSantosSilvaFilho_DISSERT.pdf>.

SINGER, André. **Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, v. 97, nov., 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Ampliando o Cânone Democrático. In. **Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <<https://http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/democratizardemocracia.pdf>>.